

JUVENTUDES, VIOLÊNCIA E POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: TENSÕES ENTRE O INSTITUÍDO E O INSTITUINTE

Glória Diógenes

Este texto tem como objetivo tentar compreender os caminhos traçados pelas políticas públicas de juventude e os significados dessas ações nas demandas e apelos pontuados no âmbito das práticas de violências juvenis. Não se trata de seguir indicadores estatísticos do impacto das políticas públicas de juventude. Pretende-se perceber até que ponto as ações, a priori codificadas sob o signo da violência e de seus sinais, são levadas em conta na produção da agenda das políticas públicas de juventude. As vias de discussão deste texto, portanto, são lançadas no foco de tensão entre os aspectos instituintes das práticas juvenis, muitas vezes identificadas sob o espectro do risco e do estigma, e os preceitos da integração e da participação, mobilizadas por meio das ações instituídas nas políticas públicas. A violência juvenil ora atua como enigma nos campos de estudos e intervenções dentro dessa temática, ora como oráculo. Seguiremos trajetórias de pesquisa e de intervenção que permeiam esses aspectos e a voz de seus interlocutores.

Palavras-chave: juventude; políticas públicas; violência; ressignificação

The purpose of this text is to try to understand the ways by which public policies for youth have been developed and what such actions mean for the demands and appeals in the scope of juvenile violent acts. It is not a matter of following statistical data on the impact of public policies for the youth. It is intended to perceive how the actions, a priori, encoded under the sign of violence and its marks are taken into account for setting the youth public policies agenda. It is out of the focus of tension between the establishing aspects of juvenile practices; identified many times under the specter of risk and stigma; and the integration and participation precepts, mobilized by the actions established within the public policies, that this text discussion possibilities are presented. Youth violence sometimes acts as an enigma in the study areas and in the interventions within this subject, other times it acts as an oracle. We will follow research and intervention paths which permeate such scopes and the voice of its interlocutors.

Keywords: youth; public policies; violence; redefinition

UM PRÓLOGO

Na condição de antropóloga urbana, de seguidora de trilhas juvenis, de artífice de uma antropologia centrada no movimento de corpos na cidade, inicio este texto pontuando a necessidade de estudos e reflexões que, como uma vez evidenciou Foucault (1984, p. 168), possam descrever o mesmo movimento do boto, mamífero que vive no mar: efetuar um salto que possibilite a extensibilidade do olhar e um mergulho no mundo que se tece nas profundezas do oceano. E para isso é primordial mover o foco da visão, como bem pontuou Mary Douglas (1998), lançar-se na aventura da percepção de “como pensam as instituições” – aqui, no caso, as políticas públicas de juventude no Brasil. Este texto não tem a pretensão de aferir os impactos quantitativos, as melhorias nas condições de vida da juventude, o alcance de iniciativas governamentais no que tange a faixa etária, gênero, níveis de renda, de escolaridade nos vários segmentos juvenis. Ele se move em uma tentativa de compreensão dos caminhos e atalhos seguidos por essas políticas públicas e dos significados de suas ações institucionais diante de demandas e apelos que têm pontuado as práticas de juventudes.

A juventude é um conceito que exige de quem pesquisa, e mais ainda de quem atua nesse campo de construção específica das políticas públicas, uma necessidade contínua de decifração. Ela representa uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos.

Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. Ela é uma invenção moderna, sendo, desse modo, “tecida em um terreno de constantes transformações” (DIÓGENES, 1998, p. 93). Nesse sentido, qualquer esforço de registro acerca de sua condição e de seus modos de atuação deve ter como referenciais as práticas, os movimentos e as esferas de sociabilidade juvenil, muito embora o senso comum continue

representando a juventude de modo negativo, por meio de estigmas e estereótipos. A depender do contexto sócio-político e econômico do qual se originam, os jovens são considerados perigosos, marginais, alienados, irresponsáveis, desinteressados ou desmotivados, e cada vez mais relacionados à violência e aos desvios de conduta (os meninos de rua, os arrastões, o *surf* ferroviário, as gangues, galeras e os atos de vandalismo) (KERBAUY, 2005, p. 8).

Certamente o viés negativo que aprioristicamente e comumente se impregna à percepção de tantos que estudam e atuam nesse campo conduz a dilemas e variações constantes.

Tal qual afirmamos em uma publicação recente (DIÓGENES; SÁ, 2011), a discussão acerca do tema juventude e a construção de uma agenda temática no âmbito das políticas públicas no Brasil atravessou as últimas décadas do século XX e o alvorecer do século XXI ora como oráculo, ora como enigma. A juventude apenas aparece como categoria especialmente destacada nas sociedades industriais modernas ocidentais como uma evidência da crise da modernidade (ABRAMO, 1994). Ela se evidencia como vitrine das tensões sociais, quase sempre sendo colocada como chave de entendimento, como uma porta de entrada para a compreensão de um feixe de outros fenômenos (DIÓGENES, 1998). Por se movimentarem no cerne de tensões mais amplas da sociedade brasileira, por ocuparem um lugar alocado num *entre* (nos aspectos geracionais, nos espaços das relações familiares, no âmbito das políticas públicas, nos marcos jurídicos da Lei), as indagações que recortam os estudos e pesquisas sobre esse tema quase sempre pendulam entre polos:

Situados no cerne das contradições, pesquisadores, gestores responsáveis pela consecução e execução de políticas públicas e educadores embriagam-se nos limites do porquê e deixam de lado a pergunta-chave: como e em qual contexto esses sujeitos constroem os significados acerca de suas condições juvenis? (DIÓGENES, 2011a, p. 55).

Por um lado, no final do século XX, observava-se a proliferação de investigações, de esforços de compreensão, que se voltavam para o entendimento dos significados do conceito de juventude, e por

outro se evidenciava o próprio cenário polifônico, múltiplo, quase sem fronteiras desenhado no campo das práticas juvenis. É como se na mediação entre intenção (o foco institucional das políticas públicas) e gestos (a pluralidade das experiências juvenis) houvesse um intransponível fosso. Esse movimento entre *instituído* e *instituinte* continua oscilando, nos primórdios do século XXI, grosso modo, no intervalo das ações que buscam assegurar conquistas de natureza econômica (profissionalização, geração de emprego e renda) e outras balizadas por demandas sociais (cidadania, direitos, assistência, participação e acesso à cultura) (DIÓGENES, 2008). Além de todos esses aspectos, o movimento incessante de jovens na esfera pública muitas vezes atua fora dos limites institucionais (partidos, sindicatos, escolas, políticas públicas), criando e recriando ações e significados para experiências, algumas vezes efêmeras. São esses fatores que parecem ter aguçado a distância entre a esfera das vivências, das demandas juvenis e os tópicos que permeiam a agenda de políticas públicas.

Tomamos aqui de empréstimo as categorias de *instituído* e de *instituinte* construídas por Castoriadis (1982) na sua reflexão acerca das instituições imaginárias da sociedade. Isso por considerar, no propósito desse diálogo, como *instituído* tudo aquilo que congrega significados e pautas que ocupam o plano das políticas de juventude em torno do que já se sabe, do que se pressupõe, do que já se conhece; e como *instituinte* aquilo que se manifesta muitas vezes de forma encoberta, ainda pouco expressiva no âmbito mais amplo das experiências juvenis, mas que ainda assim é capaz de provocar sentidos e repercutir, de forma mais ampla, no terreno das ações instituídas.

De modo geral, considero que a maior parte dos estudos e pesquisas desenvolvidos por mim individualmente e/ou sob minha coordenação tem se voltado para um conjunto de práticas juvenis exercidas dentro do mencionado plano *instituinte*: gangues, galeras, torcidas organizadas, integrantes do movimento *hip-hop* organizado, crianças e adolescentes em situação de rua, pichadores, frequentadores de bailes *funk*, crianças e adolescentes em situação de exploração sexual¹. Esse temário constitui o desenho da minha trajetória durante quase vinte

.....
¹ Ver *Os sete sentimentos capitais: exploração sexual de crianças e adolescentes*, de Glória Diógenes (Org.), 2008.

anos de pesquisas, participações em eventos e cursos na universidade. Após o doutorado, agreguei a condição de coordenadora de uma organização não governamental – Projeto Enxame², fazendo arte com gangues e galeras de rua – por quase cinco anos e de gestora pública por seis³ anos, atuando na esfera da criança, adolescente, juventudes. Tudo isso me possibilita transitar, com mais facilidade, entre o que pensam, sentem e buscam os atores juvenis e a projeção de suas demandas no campo das políticas públicas.

Como estratégia de construção de uma reflexão menos ensaística, vou percorrer a trajetória de minhas pesquisas e reflexões sobre juventude, seus campos de interlocução, até alcançar o plano atual da produção e o diálogo com atores-pesquisadores dessa arena de produção temática. Obviamente, faz-se necessário efetuar um recorte nesse universo amplo e complexo de experiências. Tendo em vista minha atuação mais marcante em intervenções e pesquisas das práticas de violência, vou me deter nas tensões que se constituem entre o plano institucional das políticas públicas e as práticas instituintes de violência juvenil.

1 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE E OS LABIRINTOS DA VIOLÊNCIA: AGENDAS DÍSPARES

A violência nem sempre figura como instância ativadora do processo denominado por Abad (2003) de desinstitucionalização da juventude. Esse percurso enuncia-se, esse é um ponto central, não necessariamente vinculado às práticas de violência que têm marcado tanto os discursos da mídia como dos setores de segurança pública. De modo geral, e posso afirmar isso como parte observante do fenômeno nas oportunidades em que acompanhei jovens do Enxame em visitas a museus e outros equipamentos públicos, nos vários percursos pela cidade, qualquer ação juvenil que contrarie os ritos normativos da segregação urbana pode ser codificada sob o signo da violência.

.....
² Essa experiência de criação e coordenação da ONG Enxame ocorreu no período de 2000 a 2004, no Morro Santa Terezinha, em Fortaleza.

³ Por quatro anos presidente da Fundação da Criança e da Família Cidadã e por dois anos Secretária de Direitos Humanos, ambas da Prefeitura Municipal de Fortaleza, de 2005 a 2010.

Outro elemento essencial corrobora com a discussão e a construção do imaginário social instituído em torno da violência juvenil. Provavelmente, por muitas décadas atribuiu-se ao denominado processo de desinstitucionalização o critério da pobreza e do afastamento ou dificuldade de inserção do jovem no mercado de trabalho. Os limites entre instituinte e instituído no campo das juventudes seriam assim transpassados por estratégias discursivas de integração social, quase todas alicerçadas sobre referentes da lógica da sociedade moderna do trabalho. Estava subentendida a ideia de que a violência seria neutralizada no momento em que as políticas de juventude abrissem e ampliassem instâncias de reconhecimento social por via da inserção no mundo do trabalho.

Tudo isso criou e ainda produz uma existência ambígua. Por um lado, os jovens moradores da periferia mobilizam-se por um sentimento de autoexclusão, de não pertencimento e, controvertidamente, movimentam-se na busca de oportunidades no mercado de trabalho, impulsionados pela necessidade de inclusão. Por outro, constituem formas de sociabilidade capazes de reanimar e produzir um sentimento de grupo e instaurar uma fortaleza dos mais fracos, reforçando estigmas e preconceitos e, muitas vezes, envolvendo esses jovens em ações de violência. Esses sinais de duplo sentido quase sempre têm orientado ações mutuamente exclusivas em um mesmo governo: enquanto uma Secretaria de Juventude ou alguma coordenação ou núcleo de ação governamental mobiliza eixos de promoção de direitos, paralelamente, sem dialogar com essas diretrizes, ações de repressão são acionadas, provocando vias de exclusão e segregação, reforçando aquilo que Misse (2008, p. 10) chama de “sujeição criminal”. Esse quadro se aguça mais ainda quando se trata de jovens em situação de delinquência. Segundo Misse, a sujeição criminal é exatamente esse processo por meio do qual um cidadão incriminado é transformado num não homem, em que o criminoso é transformado em bandido, isto é, num tipo social cuja afinidade com outros tipos e camadas sociais está estabelecida no tempo de longa duração de nossa história. E, como alertamos em outro trabalho, “as práticas discursivas e não discursivas da sujeição criminal atingem jovens em conflito com a lei, identificando-os como jovens que podem ser mortos, no limite extremo do que está explícito na discursividade” (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 152).

A sujeição criminal não apenas antecipa ações de contravenção e criminalidade, como cria dispositivos que facilitam a autopercepção desses jovens como violentos e perigosos. Se praticamente qualquer ato que pareça comprometer a ordem pública se consubstancia como prática de delinquência juvenil, acabamos constituindo políticas públicas de juventude de costas para os significados que os grupos juvenis atribuem às suas experiências e para uma cultura da violência que ultrapassa atos, linguagens e reações localizadas. O que parece mais grave, diante desse labirinto, é que o eixo das políticas públicas de juventude acaba se voltando para a promoção de vias positivas alicerçadas sob ideais de integração e de participação. É como se houvesse um extensivo abismo entre as linguagens e práticas juvenis instituintes e os campos disciplinadores, repressores e de natureza compensatória promovidos pelas políticas públicas.

Produz-se um impasse entre demandas de representação e reconhecimento simbólico, muitas vezes acionados entre jovens, até mesmo por meio de ações de violência. Como já mencionei anteriormente (DIÓGENES, 1998), essas ações, em geral, atuam como uma estratégia de inclusão social às avessas, na qual as oportunidades no campo material, mediadas pelas políticas públicas de juventude, são mobilizadas como moeda de produção da cidadania. Sá (2011, p. 349) evidencia, numa instigante etnografia, a valorização que experimentam alguns jovens moradores de periferia ao alcançarem o codinome de “bichão da favela”: “é uma forma simbólica extremada de ‘vida louca’ e, portanto, do bicho louco que encarna a atitude guerreira na sua versão autodestrutiva e na versão heroica, que convergem”. A importância de ser considerado “o bichão da favela”, o pichador “que mais se garante”, o integrante de galera “mais afiado” no confronto com a polícia sofre uma tentativa de deslocamento, tentando ser corporificada na produção de um *ethos* juvenil participativo, integrado e produtivo nas várias vias de políticas públicas de juventude. O fascínio de poder que exerce a violência e o estar à deriva nos lugares mais inusitados da cidade não têm sido decodificáveis em uma política pública de juventude.

A conexão entre risco e fascínio foi destacada por Vogel ainda em 1991, quando tratava de experiências juvenis na cidade. O fascínio que a rua provoca é comumente associado à exaltação de um princípio

compartilhado da fruição do tempo pela cadência e pelo ritmo do mundo da rua em detrimento da ordem relativa à disciplina e à regulação do tempo do trabalho. As políticas públicas de juventude, no afã da vontade de integração, muitas vezes se mobilizaram por programas de ressocialização vinculados à educação não formal, por meio de oficinas de capacitação profissional que, mais do que uma qualificação para o trabalho, pretendem desviar a atenção dos jovens para a sedução exercida pelas ruas e pelos grupos “perigosos” de sociabilidades juvenis. E, quanto mais o segmento juvenil parece fascinado pelo risco, quanto mais isolado de práticas sociais consensuais instituídas, mais ainda as políticas públicas de juventude acionam meios disciplinares e docilizados de socialização (FOUCAULT, 1987).

Sejam quais forem as estratégias de ação de políticas públicas de juventude, quando se trata de atuação no campo da violência, têm atuado em campos díspares e intercomplementares:

- a) Ações de natureza disciplinadora, voltadas para vertentes de “ressocialização”, tendo por base oficinas de profissionalização e a inserção em iniciativas de geração de renda.
- b) Ações de natureza repressiva, provenientes da política de segurança pública, muitas vezes acionadas tendo como “capa” jurídica os preceitos socioeducativos preconizados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e, concomitantemente, associados ao estigma da “sujeição criminal”.
- c) Ações estruturais de longo prazo, como investimentos na saúde, na educação, na cultura, no esporte, dentre outros, protelando intervenções e diálogos no campo presente da violência.

Considero esse último eixo o mais controverso dos três. Criou-se uma ideia amplamente difundida de que fenômenos interpretados no campo da violência juvenil seriam transpostos por ações de longo prazo, de natureza estrutural. Soares (2003, p. 4) ressalta o hiato criado nas políticas públicas de juventude entre ações de longo e curto prazo:

Nesse nível, a intervenção efetivamente capaz de prevenir a violência e a criminalidade é aquela que visa à alteração das condições propiciatórias imediatas, das condições diretamente ligadas às práticas que se deseja eliminar; não é, portanto, ação voltada para mudanças

estruturais, cujos efeitos somente exerceriam algum impacto desacelerador sobre dinâmicas criminais em um futuro distante – o que, evidentemente, não significa que essas mudanças, de tipo estrutural, não devam ser realizadas. Embora necessárias e urgentes, não são suficientes, nem substituem as intervenções tópicas, via políticas sociais indutivas, nas dinâmicas imediatamente geradoras de violência.

O que fundamentalmente acontece é que as intervenções tópicas, às quais se refere Soares, provavelmente demandam das políticas públicas ferramentas de ação que parecem escapar do plano “objetivo” dessas políticas, quais sejam:

- a) Ao invés de atuar tendo por base o plano das dimensões normativas ligadas ao “dever ser”, as políticas públicas têm como desafio penetrar nos mundos de vida, nos códigos, nas lógicas e significados de violência das práticas juvenis.
- b) Tomando por base a perspectiva da cultura e de suas teias de significados (GERTZ, 1989), as políticas públicas de juventude enfrentam a amplitude e a diversidade das práticas culturais dinamizadas por diferentes juventudes em diferentes contextos – inclusive quase nunca levando em conta que corpos e territórios são dimensões amalgamadas no plano das práticas juvenis.
- c) Para que se torne possível uma ação que potencialize outros *afectos*⁴ para além das mobilizações e pulsões de violência, é primordial a escuta, a possibilidade de expressão tanto de demandas materiais como aquelas de natureza simbólica.

De modo geral, esses atores institucionais, no altar das políticas públicas, acionam signos e valores consubstanciados em parâmetros que pouco têm causado impacto e mobilizado os jovens desconectados de ideários do mundo adulto e das tradicionais formas de ascensão social. Os jovens se retraem, se enclausuram em redes sociais que muitas vezes se aproveitam de suas fragilidades e de sua falta de crença no futuro e, nesse universo paralelo, experimentam o ilícito e perdem ou se distanciam dos liames com o plano das instituições.

.....
⁴ Deleuze e Guattari consideram que o *afecto* é “uma descarga rápida de emoção, o revide, ao passo que o sentimento é uma emoção sempre deslocada, retardada, resistente” (1997, p. 79).

A juventude parece sinalizar a ultrapassagem da correlação biunívoca entre cidadania e inserção no mundo do trabalho. A crescente situação de desemprego e os salários que mais parecem degradar que valorizar os trabalhadores apontam novos signos de reconhecimento social. A expansão das demandas de consumo sem uma correspondência proporcional ao poder de compra parece lançar uma sociedade que se constrói sob esses referentes numa condição generalizada de desesperança e medo. Partindo do pressuposto de que os jovens se projetam como termômetro e vitrine do que parece tornar público e visível nas tensões sociais, são eles os primeiros a tentar romper, ou simplesmente a se rebelar contra uma ordem que fala por eles e, concomitantemente, os exclui.

Promete-se a eles o futuro e deles é retirado o presente, mesmo sendo arriscado e contraditório, e também, muito cedo, tira-se a possibilidade de reproduzirem, nos moldes atuais, percursos de vida trilhados por membros de suas famílias. Isso porque ser cidadão, nos nossos dias, é quase sinônimo de se colocar, de forma única e exclusiva, na condição de trabalhador, mesmo que os sinais dos tempos evidenciem novas tensões, como bem sinaliza Novaes (2003, p. 137-138):

Atualmente não é mais possível acreditar que a inclusão se dará fundamentalmente pelo mercado de trabalho. Em primeiro lugar, porque o trabalho está pesando cada vez menos na vida das pessoas. Cem anos atrás, em uma comunidade agrária com média de vida de 40 anos, começava-se a trabalhar aos cinco ou seis anos de idade e se trabalhava até morrer. Hoje, no Brasil, o tempo de trabalho representa 40% do tempo da vida. Não é a principal parte da vida. Então, é preciso construir uma cidadania que não seja montada somente no trabalho.

Pergunto-me, então, se o trabalho “está pesando cada vez menos na vida das pessoas”, se a violência juvenil se coloca como um hieróglifo a ser desvendado, ultrapassado no futuro, ou a ser extirpado no presente: que outras vias se podem trilhar para melhor percepção e intervenção nesse fenômeno?

2 CORPO, CIDADE E VIOLÊNCIA: MÚLTIPLAS FRONTEIRAS

Nos meus estudos etnográficos sobre gangues, galeras, movimento *hip-hop*, torcedores de futebol, jovens moradores de rua e situação de exploração sexual, quase sempre me vi diante de uma intrincada rede de narradores. Como diz Calvino (1991), as cidades não encontram seus espelhos no mundo real. Muito mais do que os aspectos físico-geográficos, as cidades, conforme Ferrara (1993), embora visíveis, prescindem do olhar do observador, da relação que cada um mantém com o espaço, das suas usanças e dos elementos simbólicos que constituem elos de pertencimento.

E quais os elementos dessa narrativa? São os múltiplos encontros juvenis na cidade, que estabelecem nexos entre o lugar, o corpo e os territórios. São os percursos, os usos, que inspiram sentidos e são os signos da cidade arquivados, marcados nos corpos. E, mais do que qualquer outro segmento, a juventude usa, experimenta e recria a cidade. A juventude parece perceber que o corpo é que escreve e inscreve a cidade num ampliado repertório de signos. As salas, as instituições fechadas, os muros de atendimento calam ou deixam as narrativas da cidade em estado de latência; é como se faltasse tinta nos corpos para se fazerem ver e ganhar visibilidade pública.

Na condição de gestora pública, associada à de antropóloga urbana, muitas vezes, tal qual narrei no meu percurso antropológico (DIÓGENES, 2011b, p. 62), me vi limitada: “A tentativa de construção de um modelo baseado nas experiências locais, ‘costurado’ nas práticas e nos códigos culturais, tomando os sujeitos como partícipes dessa experiência, gerou campos múltiplos de resistência.”

Essa percepção já havia sido ativada, ainda, na condição de coordenadora do Enxame. Isso porque, quando ultrapassávamos paredes da sede da ONG e íamos construindo narrativas nas “práticas da cidade” (CERTEAU, 1994), os discursos dos participantes também iam, gradativamente, descolando-se de tons normativos e assumindo conotações intensas, vívidas, dos múltiplos usos e construções do espaço. Muitas vezes, essas experiências juvenis⁵ fizeram emergir lugares que pareciam não existir de forma nítida e compactuada nos mapas urbanos.

.....
⁵ Conforme descritas em Diógenes, 2006.

Qual a relação entre a cidade, seus usos e narrativas com a violência juvenil e as estratégias mobilizadas pelas políticas públicas voltadas para esse segmento? Como diz Nelson Brissac (2004, p. 13), a paisagem é um muro. E são esses muros que traduzem as distâncias entre os corpos juvenis e seus dispositivos de expressão e representação pública. A cidade a que nos referimos de modo geral nem é a mesma e nem é aberta para todos, embora se projete como esfera pública. A cidade, como bem enfatiza Deleuze (1997), é um espaço estriado, murado, pontuado por cercados e caminhos entre cercados. Os jovens proscritos da cidade oficial, da cidade pactuada por signos da mídia, dos guias de turismo, dos impérios do consumo buscam modos estridentes de comunicação, para que suas presenças traspassem os muros da paisagem e deem visibilidade aos mapas não oficiais. Se partirmos dos seguintes pressupostos acerca da condição juvenil contemporânea, especificamente daquela que se sente deslocada e sem lugar, de que modos poderemos intervir nas e interpretar as práticas de violência juvenil na cidade?

- a) A condição juvenil se tece no movimento, no nomadismo, multiplicando movimentos e a sua própria lógica da inserção nos espaços da cidade.
- b) Ela exhibe corpos e estéticas com a finalidade de registrar e deixar ecoar sua condição de atriz da esfera pública.
- c) Ela cria novos marcos, desfaz linhas costumeiras de segmentações, dos usos e funções do espaço: lugar de trabalhar, de morar, de lazer, de viver, de arriscar, de participar.

São esses fatores que, no geral, figuram como ilustres desconhecidos nas políticas públicas de juventude. Acontece que o vácuo entre alguns corpos juvenis e a cidade provoca um sentimento de não pertencimento, uma ruptura entre narrativas juvenis e um esgarçamento de referenciais de vínculos entre corpo e cidade. Uma cisão, como bem pontua Sennett (2001), entre “carne e pedra”. Até porque, muitas vezes, contraditoriamente, as codificadas práticas de violência juvenil se efetuam como táticas para diminuir distâncias, para manter aproximação entre lugares e, sendo reprimidas antecipadamente, e não ressignificadas, muitas políticas públicas ignoram e neutralizam esses esforços.

Em uma pesquisa realizada sobre “jovens na metrópole”, Magnani

(2007, p. 203) destaca, como os demais pesquisadores dessa coletânea, as distintas modulações de usos e desfrute do espaço público, ressaltando que “cada um desses arranjos corresponde a uma forma específica de se expor, estabelecer laços, marcar diferenças, fazer escolhas, colocar-se, enfim, na paisagem urbana diante dos outros e em relação a eles”. São os usos, os vínculos das juventudes com as cidades, a percepção de se verem por meio dela que poderiam produzir outras modulações e significados às práticas de violências juvenis.

Ao realizar a “cartografia da cultura e da violência”, identifiquei que as trajetórias desses segmentos na cidade assumiam, realmente, uma lógica peculiar. Corpos em trânsito pareciam carregar signos do bairro, de filiações grupais, de gostos e preferências para onde fosse possível realizar encontros e representações públicas.

A territorialidade das gangues é móvel, cambiante, rompendo os limites físico-geográficos dos bairros de periferia. Ela segue o fluxo e as linhas de fuga (GUATTARI; ROLNIK, 1986) das metrópoles modernas. A territorialidade das gangues pressupõe uma movimentação cuja finalidade é tentar transpor a condição de anonimato (DIÓGENES, 1998, p. 148).

Ao me movimentar com as galeras em espaços diferenciados da cidade⁶, observava que os corpos pareciam “carregar” bairros, configurações espaciais e reproduzir esses lugares no estádio, na praia, nos terminais rodoviários, nas circunstâncias em que se esboçava a necessidade da presença de um corpo coletivo. Usando uma terminologia “nativa”, significa dizer “ir de galera” para que o bairro, o lugar, se desloque com os corpos e assumam visibilidade nos mais diversos espaços urbanos. Dominar um território é assumi-lo numa dimensão linguística e imaginária (SILVA, 2001, p. 16), e o lugar de transmutação de signos é o corpo. Desse modo, a cidade assume uma curiosa configuração na relação com os corpos juvenis e, conseqüentemente, com experiências mediadas pela violência, seguindo alguns desses pontos: a) O corpo inscreve a cidade nas narrativas; b) A cidade é uma ficção, uma

.....
⁶ Ver também o livro resultante de outra pesquisa desenvolvida como bolsista do CNPq: *Itinerários de corpos juvenis*, de 2003.

obra coletiva, com sentidos compactuados para além de fronteiras físico-geográficas; c) A cidade não é apenas um lugar, um mero cenário físico-geográfico; d) A fixidez é uma invenção do mapa (DELEUZE, 1997); e) As cidades contemporâneas exigem uma constante produção de imagens, exibição dos corpos que circulam e revelam histórias de “pedaços da cidade” (MAGNANI, 2007) e de seus moradores.

Tomando como referência a perspectiva complexa das conexões entre corpo e cidade, as práticas de violência juvenil assumiriam, conforme Rifiotis (1997), uma peculiar positividade.

Obviamente que as práticas de violência explicitam a não aceitação de “um outro”, de certas regras sociais, da violação direta à ideia de Lei. Nesse sentido, a violência seria, por princípio, o campo de negação das diferenças. Porém, em certas circunstâncias, a violência pode chegar até mesmo a atuar como força propulsora das diferenças. A violência pode atuar como uma espécie de força dispersiva, voltada para a manutenção das diferenças, em contraponto à homogeneização que a centralidade dos poderes procura instaurar (RIFIOTIS, 1997, p. 5).

A violência, nesse marco referencial, projeta e congrega linhas de filiação, representação e expressão pública.

Ocupar a cidade, fazer valer estéticas, imagens, formas de viver e movimentar-se; ultrapassar barreiras da segregação urbana; estar nos shoppings, nas vias e locais destinados a usos específicos, ocupar e inverter usos urbanos, principalmente quando tais movimentações são realizadas por jovens da periferia, representa por si só um ato de violência (DIÓGENES, 2011a, p. 61).

As políticas públicas de juventude, na maior parte das situações, recuam diante do imperativo que mais parece mobilizar os corpos juvenis para ações que provocam choque, que fazem estremecer a ordem pública, que dilapidam patrimônios e que tornam a cidade um extensivo campo de disputas e querelas: as experimentações urbanas. Ao constituírem ações tendo por base esferas de participações e representação instituídas (Conselhos de Juventude, Projovem, programas de profissionalização, de incentivo ao crédito jovem), as

políticas públicas de juventude removem um campo fértil, embora muitas vezes arduo e permeado de riscos, das práticas instituintes nas várias esferas da cidade. As políticas públicas de juventude transmudam o fascínio pela cidade, vivenciado pelos jovens e referido por Vogel, em medo.

A violência vai sendo utilizada, paradoxalmente como elemento acionado para a segurança, como alerta para o risco de não misturar-se, do armar-se contra a possibilidade latente de aniquilamento e diluição das fronteiras ocasionada pelo temor do diferente. A violência torna-se o motivo e o dinamismo da construção do ideário da segurança pública. Movemo-nos através do medo. Como bem afirma Khoury (2004, p. 5), “o medo do outro parece enclausurar o sujeito, sobretudo de classe média, que tem dificuldades de relacionamento e sentimento de solidão amplificado” (DIÓGENES, 2011a, p. 213).

Os jovens moradores de periferia, que por tantas vezes povoaram minhas trilhas etnográficas nas constantes idas ao Morro Santa Terezinha com o “Enxame”, nas ações desenvolvidas na qualidade de gestora pública, nos vários “itinerários de corpos juvenis”, traduziram a necessidade de se fazer ver, ouvir, ler, participar e intervir na conexão entre seus códigos culturais e os que balizam as políticas públicas.

3 SEGUINDO VIAS DE MÚLTIPLOS ACESSOS: ARTES DE RESSIGNIFICAÇÃO DA VIOLÊNCIA NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE

A rota da discussão aqui trilhada me evocou uma passagem de uma curiosa crônica de Eduardo Galeano, que reproduzo a seguir:

O pastor Miguel Brun me contou que há alguns anos esteve com os índios do Chaco Paraguaio. Ele formava parte de uma missão evangelizadora. Os missionários visitaram um cacique que tinha fama de ser muito sábio. O cacique, um gordo quieto e calado, escutou sem pestanejar a propaganda religiosa que leram na língua dos índios. Quando a leitura terminou, os missionários ficaram esperando.

O cacique levou um tempo. Depois, opinou:

– Você coça. E coça bastante, e coça muito bem.

E sentenciou:

– Mas onde você coça não coça (GALEANO, 1998, p. 30).

Os jovens usam, correntemente, uma figura de linguagem facilmente decodificada entre eles: “tirar de tempo”. Significa dizer estar na escola, nos programas governamentais, em instituições de “reabilitação” para usuários de drogas, mesmo que nenhuma delas coce, mobilize interesses e sentimentos de pertencimento. E aqui pontuo uma extensiva experiência que tive, tanto no escopo da discussão acadêmica, como na esfera de intervenção concreta nas articulações entre arte e violência. No período de elaboração da tese de doutorado, que culminou na produção do livro *Cartografias da cultura e da violência* (1998), nos muitos contatos com jovens inseridos de forma mais intensa em práticas de violência, percebi uma ausência de discurso e um modo de se expressar por meio de “pistas e vestígios” (GINZBURG, 1990). Foi nesse momento que identifiquei a necessidade de reportar minha atenção para marcas corporais, tatuagens, adereços como estratégia mobilizadora de falas e diálogos.

Não existe, praticamente, e isso pode ser detectado em todos esses vinte anos de experiência de pesquisa, uma fala específica dos jovens sobre a violência. Ela é uma categoria teórica, componente das mídias e dos programas governamentais. Daí o vácuo que se cria e se intensifica entre as experiências juvenis instituintes e o plano das ações instituídas. Nos percursos de pesquisa com outros interlocutores, fui percebendo a recorrência de uma consideração emblemática entre jovens que se dizem ex-integrantes de grupos praticantes de atos de violência: o uso da força da própria violência pode ser canalizada para outras práticas sociais e se constitui nos marcos da linguagem oral ou visual. Como uma analogia: agora, eu falo.

Na condição de oficinaira de *rap*⁷, com um *rapper* do Morro Santa Terezinha, também oficinairo, integrante da posse “Consciência

.....
⁷ Uma das “linguagens” do movimento *hip-hop*, significando ritmo e poesia, que mais se aproxima de uma crônica cantada da periferia.

Armada”⁸, criei um programa que incluía o estudo e a apreciação de poetas e músicos da língua popular brasileira, denominado Oficina da palavra. E foram muitas as ocasiões em que presenciei a mudez da violência, cuja dimensão foi ressaltada por Hanna Arendt, na produção de uma linguagem poética acerca do vivido, potencializada e canalizada para outros campos de interesse.

Um caso específico ficou marcado. Um jovem de apenas 16 anos afirmava, com veemência, que logo que tivesse força física mataria o pai, por tantas vezes ter presenciado cenas de violência dele contra a mãe. Obviamente, já sabia da quase inutilidade da construção de um discurso moralista, de teor religioso, de natureza normativa que se movesse por meio do poder para fazer o jovem mudar de opinião. Seria no processo paulatino de idas e vindas casa-rua-Exame, na ampliação de valores por meio de descobertas pessoais e na relação com o grupo, na potencialização de outros sentidos que ele, somente ele, poderia produzir um outro significado para sua vontade de violência.

Foi no dia de leitura e trocas em torno do poema de Vinicius de Moraes, “Operário em construção” que pude identificar a expressão de outros significados em relação à figura paterna. O pai, também pedreiro, tal qual aquele que conduz o lirismo dos versos de Vinicius, segundo o próprio jovem, nunca havia experimentado o gosto de habitar, de usufruir de nenhuma de suas obras. E essa descoberta das violências cotidianas que atravessa um operário em construção mobilizou o jovem a compor um *rap* em dois atos. No primeiro ele dizia da sua indignação, de seu desejo adiado de vingança. Ele compôs esse ato no momento da oficina e pediu para finalizar o *rap* em casa e trazê-lo no próximo encontro. E assim foi. No segundo ato, o pai assume outro lugar e o sentimento intenso de violência é transmutado para, como ele mesmo sublinhou no *rap*, uma revolta contra o sistema.

Além dessa, tantas outras situações evidenciaram o potencial da arte no plano das práticas de violência. E, possivelmente, para além do caso delineado, com um teor político subjetivo, o que mais parece ter conduzido a criação de outros planos de sentido foram ações de intervenção na cidade, por meio de grafite, murais e apresentações

.....
⁸ É dessa forma, como posse, que os grupos do *hip-hop* ressaltam sua vinculação com a referência local de suas atuações.

públicas de grupos de *rap*, projetando novos papéis e novas formas de representação pública: do “gangueiro”, “bandido” para o grafiteiro destacado, para o *rapper* considerado e apreciado para além do seu bairro, ultrapassando a fachada (GOFFMAN, 2011) da “sujeição criminal”. Ao agregar, fundir, anexar experiências, a arte possibilita condensar, na aparente “obra” em si, como uma materialidade delimitada, um universo em pulsação. “Na arte se fundem de uma só vez o particular e o geral, a visão individual do artista e da cultura em que vive, expressando assim certas vivências pessoais que se tornaram em determinado contexto cultural” (OSTROWER, 1999, p. 17).

Passa longe daqui a noção idílica de que a arte liberta. Pelo contrário, ela também pode ser plenamente utilizada como apaziguamento pulsional ou escape das tensões e conflitos que povoam escolas, políticas públicas e as instituições em geral. Como pontua Ostrower (1999), ela apenas propicia aproximações, minimiza rupturas de sentido. A vivência da arte, ao travestir-se de um objetivo limitado de inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, da promoção da condição jovem/pobre/perigoso para trabalhador pode representar, também, mais uma instância de disciplinamento, de regulação da vida social, de institucionalização no lugar de uma prática essencialmente educativa. A pergunta é: até que ponto valores e crenças acerca de si, do outro e do mundo seriam resignificados tendo como referente o mero reconhecimento público alcançado e compactuado no processo arte-educativo e na projeção de mais um figurante na sociedade moderna do trabalho? Resignificar significa produzir outras figurações visuais, estéticas, orais, imaginativas para conteúdos limitados, pré-conceituados, normatizados sobre si e sobre o mundo. Significa produzir um leque de possibilidades, de multiplicidades para dimensões intrinsecamente lineares e limitadas – como tantas vezes escutei: “Sou um jovem pobre de periferia, não tenho futuro” – uma outra visão das possibilidades de si, dentro do contexto cultural e do que carrega e traz consigo cada sujeito criador.

Para que a arte atue como propulsora de novos significantes para o campo da violência, como ressaltam Deleuze e Guattari (1995, p. 32), ela precisa se estabelecer como rizoma, fazer parte de uma ação da “máquina de guerra” e não da “máquina do estado”, mesmo que se desenvolva no contexto das políticas públicas de juventude: “O

rizoma é feito somente de linhas: linhas de segmentaridade, de estratificação, como dimensões, mas também linha de fuga ou de desterritorialização como dimensão máxima segundo a qual, em seguindo-a, a multiplicidade se metamorfoseia, mudando de natureza.”

A arte, assim como outros campos de experiência juvenil, pode produzir rizoma multiplicando linhas de ação e produzindo outros significados para a mesma experiência, ganhando novos espaços na cidade. Isso significa dizer que mesmo se desenvolvendo no campo instituído das políticas públicas, voltadas, na maior parte das situações, para a inclusão da juventude no mercado de trabalho e nas vias de participação e iniciativas institucionais, qualquer iniciativa de reconstruir teias da violência na cidade tem como desafio fazer emergir valores e atitudes do campo das práticas instituintes e, por dentro delas e a partir delas, desenhar novas possibilidades.

Ressignificar valores e atitudes dos jovens que se sentem excluídos, e são realmente excluídos do acesso a equipamentos e serviços urbanos mais diversos, nos seus lugares de vida, nas suas práticas de espaço e, concomitantemente, interligá-los a toda uma rede de direitos que os constituam como sujeitos atuantes para além de seus âmbitos costumeiros de atuação e vivências. Nossa empreitada é a de criar políticas públicas de juventude que, no geral, quando distantes de suas aspirações, se apropriam ao seu próprio modo sem que se observe um envolvimento e uma mudança efetiva na condição de vida dos que usufruem dessas políticas (DIÓGENES, 2009, p. 283).

Deve-se alargar o propósito de políticas de juventude que atuem além da bela metáfora sintetizada na crônica de Eduardo Galeano, “mas onde você coça não coça”, e pensar em se costurar as diversas redes existentes em vez de se projetar uma integração da juventude pelos laços fracos que compõem as redes sociais (CASTELLS, 2009) e que têm por base restrita o mercado e as esferas institucionais de participação. É necessário

mobilizar redes que possuam potenciais de políticas públicas em suas formas não estatais, que multiplicam experiências fora e dentro das esferas constitucionais, mais do que o próprio Estado é capaz, tendo

em vista sua relação fragilizada com os direitos constitucionais; redes capazes de garantir e ampliar direitos fundamentais (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 157).

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PISTAS PARA AMPLIAR E RECRIAR VIAS

Alguns eixos norteadores podem ser levados em conta nesse terreno tenso de relação entre políticas de juventude e campos múltiplos de práticas e versões acerca das experiências juvenis. O conjunto de indicações acerca da paisagem das políticas públicas de juventude no Brasil e de seus campos de possibilidades já foi apresentado no texto sobre juventude e segurança pública (DIÓGENES; SÁ, 2011, p. 158-159). Reproduzo-o aqui e assim, quem sabe, possamos em uníssono ampliar sentidos, apropriações, vínculos, vias de mão dupla na comunicação entre juventudes e políticas públicas e reconstruir por dentro e por fora as teias da violência.

- a) Como indicador mais abrangente e de natureza estrutural, corroboramos com a indicação de Luiz Eduardo Soares (2010, p. 299), destacada na pesquisa realizada sobre gangues no Distrito Federal: “Necessidade de políticas públicas intersetoriais para enfrentar problemas complexos, isto é, multidimensionais. A aplicação de tais políticas exige, entretanto, métodos de gestão integrados, forte coordenação política e uma nova agência na gestão pública, capaz de empreender essa integração.”
- b) As políticas públicas de juventude devem assumir como parâmetro o princípio do movimento e da singularidade. Isso significa dizer que os agentes, os educadores, os mediadores dessa política devem realizar o ato duplo de ação e intervenção: identificação dos eixos e preceitos da política por meio de códigos e da lógica própria dos vários atores e grupos que compõem, prioritariamente, o alvo dessa política. As ações devem cruzar as salas, os gabinetes, os prontuários, os computadores e fazer retornar para esses espaços as demandas e vozes dos atores.
- c) Tendo como interface a segurança pública, uma política pública de juventude deve priorizar a universalidade das ações e ter como lugar de intervenção os contextos concretos, os territórios e as

linguagens nos quais será desenvolvida, devendo produzir sentido no conjunto de ações.

- d) Para atingir seu escopo de universalidade, as políticas públicas de juventude precisam constituir-se no plano das relações locais, produzir sentidos nas ações e práticas singulares desenvolvidas pelas juventudes no seu cotidiano. Para que os jovens se coloquem como sujeitos de direitos, faz-se necessário que eles atuem como sujeitos de sua própria existência, com seu repertório próprio, suas instâncias concretas de participação e ações que os motivam a criar, a produzir e se relacionar.
- e) Uma política de segurança pública de juventude deve partir do conjunto de inseguranças, seja material ou simbólica, dos temores e vazios que pontuam o cotidiano dos jovens de todas as esferas sociais. Ao invés de projetar de modo fechado os medos e vulnerabilidades do “mundo adulto”, em relação às “desordens” e insurreições dos jovens, propõe-se identificar a eloquência das “quebras” de vínculos e do esgarçamento dos laços de sociabilidade no campo próprio das práticas juvenis.

REFERÊNCIAS

ABAD, M. Crítica das políticas de juventude. In: FREITAS, Virgínia; PAPA, Fernanda. **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

ARENDT, Hannah. **Crises da república**. São Paulo: Perspectiva, 1973.

ABRAMO, Helena Wendel. **Cenas juvenis**: punks e darks no espetáculo urbano. São Paulo: Sritta, 1994.

BRISSAC, Nélson. **Paisagens urbanas**. São Paulo: Ed. SENAC São Paulo, 2004.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

CASTORIADIS, Cornélio. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: as artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1997. v. 5

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 34, 1995. v. 1.

DIÓGENES, Glória. Uma antropologia dos afetos. **Iluminiras**, Porto Alegre, v. 12, n. 28, p. 41-70, jul/dez. 2011b.

DIÓGENES, Glória. A arte de fazer enxame: experiências de ressignificação na cidade. **Revista de Sociologia Política**, Florianópolis, v. 5, n. 8, 2006.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: gangues, galeras e o movimento hip hop. São Paulo: Annablume, 1998.

DIÓGENES, Glória. Enigmas do medo: juventude, afetos e violência. In: DAYRELL, Juarez; MOREIRA, Maria Ignez; STENGEL, Márcia. **Juventudes**

contemporâneas: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: PUC-Minas, 2010.

DIÓGENES, Glória. **Itinerários de corpos juvenis:** a festa, o jogo e o tatame. São Paulo: Annablume, 2003.

DIÓGENES, Glória. Juventude, cultura e violência. In: BARREIRA, César; BATISTA, Élcio. **(In)Segurança e sociedade:** treze lições. Fortaleza: Pontes: Fundação Demócrito Rocha, 2011a.

DIÓGENES, Glória. Juventude, exclusão e construção de políticas públicas: estratégias e táticas. In: MENDONÇA FILHO, Manoel; NOBRE, Maria Teresa. **Política e afetividade:** narrativas e trajetórias de pesquisa. Salvador: EDUFBA: EDUFS, 2009.

DIÓGENES, Glória; SÁ, Leonardo. Juventude e segurança pública: dissonâncias e ressonâncias. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia. **Juventude em pauta:** políticas públicas no Brasil. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa: Fundação Friedrich Ebert Stiftung, 2011.

DIÓGENES, Glória. Políticas públicas de juventude: estratégias e táticas. **Diálogo Político**, Buenos Aires, ano 25, n. 2, jun. 2008.

DIÓGENES, Glória. **Os sete sentimentos capitais:** exploração sexual comercial de crianças e adolescentes. São Paulo: Annablume, 2008.

DOUGLAS, Mary. **Como as instituições pensam.** São Paulo: EDUSP, 1998.

FERRARA, Lucrécia. **O olhar periférico.** São Paulo: EDUSP: FAPESP, 1993.

FOUCAULT, Michel. **A microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 1984.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir:** nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 1987.

GALEANO, Eduardo. **O livro dos abraços.** Rio de Janeiro: L&PM, 1997.

GERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

GOFFMAN, Erving. **Ritual de interação**: ensaio sobre o comportamento face a face. Petrópolis: Vozes, 2011.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. Políticas de juventude: políticas públicas ou políticas governamentais? **Estudos de Sociologia**, Araraquara, 2005.

KHOURY, Mauro. Cultura da violência e o medo do outro: observações sobre medos, violência e juventude no Brasil atual. **Revista de Antropologia Experimental**, Jaén, n. 4, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor; SOUZA, Bruna Mantese de (Org.). **Jovens na metrópole**: etnografias de circuitos de lazer, encontros e sociabilidades. São Paulo: Terceiro Nome, 2007.

MISSE, Michel (Org.). **Acusados e acusadores**: estudos sobre ofensas, acusações e incriminações. Rio de Janeiro: Revan: Faperj, 2008.

NOVAES, Regina. Juventude, exclusão e inclusão social. In: FREITAS, Virgínia; PAPA, Fernanda. **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez, 2003.

OSTROWER, Fayga. **Acaso e criação artística**. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

RIFIOTIS, T. **Nos campos da violência**: diferença e positividade. Florianópolis, 1997. Mimeografado.

SÁ, Leonardo. A condição de 'bichão da favela' e a busca por 'consideração': Uma etnografia de jovens armados em favelas à beira-mar. **Dilemas**: revista de estudos de conflito e controle social, Rio de Janeiro, v. 4, n. 2, p. 339-355, abr./jun. 2011.

SENNETT, Richard. **Carne e pedra**: o corpo e a cidade na civilização ocidental. São Paulo: Record, 2001.

SILVA, Armando. **Imagínarios urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

SOARES, Luiz Eduardo. Introdução. In: ABROMOVAY, M. (Org.). **Gangues, gêneros e juventudes**: donas de rocha e sujeitos cabulosos. Brasília: SDH, 2010.

SOARES, Luiz Eduardo. Novas políticas de segurança pública. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 147, jan./abr. 2003.

SPOSITO, Marília. In: FREITAS, Virgínia de; CARVALHO, Fernanda de. **Políticas públicas**: juventude em pauta. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2003.

VOGEL, Arno. A cidade como fascínio de descaminho. In: Fausto, Ayrton; Ruben Cervini (Org.). **O trabalhador e a rua**: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. São Paulo: Flacso: Unicef: Cortez, 1991.